

-----**ATA N.º 3/2012**-----

-----Aos 30 dias do mês de abril de 2012, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar conhecimento de que na sequência do pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado António Agostinho Lucas da Silva, na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 24/02/2012, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista, Senhora Teresa Lopes Jacinto Rodrigues. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta reunião os seguintes membros:** -----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz;-----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Luís Carlos Fernandes Santos;-----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva;-----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----

-----António Rego Rodrigues Veloso;-----

-----Isabel Cristina Lopes Andrade;-----

-----Frederico Manuel Martins Sena;-----

-----António José Achando da Fonseca;-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Horácio Monteiro Antunes;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Açores, em substituição do Senhor Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
-----Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiço da Serra;-----
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo Sérgio da Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais;-----
-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; -----
-----Paulo Jorge Saraiva Abreu, Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro, em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves;-----
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----
-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas;-----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco; -----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão;-----

-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques;-----

-----Ricardo Jorge Patrício Martins; -----

-----José Jorge da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro; -----

-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa.-----

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento. -----

-----Estiveram presentes todos os membros do Executivo, à exceção do Senhor Vereador João Manuel Duarte. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Horácio Monteiro Antunes, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa procedeu à abertura de um

período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----O Senhor **Deputado António Veloso** pretendeu saber para quando a requalificação do Largo das Assanhas, uma vez que no mesmo, existe um monte de areia e paralelos, desde as últimas eleições. -----

-----De seguida e fazendo referência à nomeação do Senhor Vereador António Graça Silva, para regime de permanência a tempo inteiro, pretendeu saber se o salário se mantém, ou se é superior. A ser verdade que auferir um vencimento superior, disse não concordar com esta situação, uma vez que a autarquia se depara com graves dificuldades financeiras, tendo inclusive que dispensar funcionários. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que têm sido confrontados constantemente com uma situação que teve repercussão na imprensa e que se prende com a retirada de umas faixas por parte da autarquia. Questionou se a autarquia teve algum poder persecutório relativamente à retirada das faixas e depois voltar a entregar as mesmas. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por dizer que gostava de fazer uma pequena reflexão sobre mais um atentado a uma empresa local. Referiu-se às novas políticas adotadas para os laboratórios de análises, em que as análises passam a ser feitas exclusivamente pelos centros de saúde. Deu conhecimento de que foi realizada uma reunião com os empresários de laboratórios de análises clínicas e autarcas, na qual esteve presente o Executivo da Câmara Municipal e na qual foram apresentados os constrangimentos pelas empresas presentes, tentando compreender-se e procurar a melhor forma de evitar mais encerramentos na área privada, lançando assim, mais pessoas no desemprego. Disse que com esta medida os Centros de Saúde não permitem que os utentes façam as análises nos

privados, considerando esta atitude, um ataque feroz à população envelhecida do Interior.-----

-----Disse, também, que os laboratórios privados, nos casos de utentes acamados, fazem as colheitas, sem cobrarem mais por esse serviço em todas as IPSS's do Distrito. Questionando quem irá assegurar este serviço com o encerramento destes laboratórios. Referiu que esta situação irá obrigar os utentes a pagar o serviço de ambulância, de táxi ou à própria IPSS a deslocação ao Centro de Saúde para efetuar as referidas colheitas, transformando-se num encargo pesado para o utente. Considera que a população devia ser auscultada, sendo também uma responsabilidade desta Assembleia Municipal envidar esforços no sentido de resolver esta situação.-----

-----Disse ainda, que o PS já solicitou esclarecimentos ao Centro de Saúde e à ULS estando aguardar uma resposta. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes. Em resposta ao Senhor Deputado António Veloso disse que é intenção do executivo efetuar a requalificação do Largo das Assanhas e enquadrá-la num estudo arquitetónico. Relativamente ao Senhor Vereador António Silva disse que efetivamente o mesmo passou a Vereador a tempo inteiro e como tal aufere de acordo com as funções que exerce. Esclareceu que não houve despedimentos, apenas foram dispensados os trabalhadores cuja renovação de contrato já não seja possível, nos termos da lei. -----

-----Relativamente às faixas, disse que é a favor da liberdade de expressão e como tal cada um exprime-se da forma como entende. Esclareceu que o executivo não deu qualquer autorização para a retirada das faixas, no entanto, na devida altura a situação será esclarecida. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** fazendo referência à nomeação do Senhor Vereador António Silva disse que essa situação faz

parte da alçada legal do Senhor Presidente da Câmara e como tal não deve ser discutida, no entanto, se essa competência foi bem ou mal usada, será julgada pelos eleitores, na devida altura. Ainda sobre este assunto, considera que deve ser esclarecido que o Senhor Vereador se encontrava em regime de permanência sem exclusividade, passando a regime de permanência com exclusividade. -----

-----No que concerne às faixas, disse não se rever neste tipo de atitudes. Na sua opinião, esta situação dá uma má imagem do concelho. Entende que existem algumas situações que até poderão ser verdade, mas que devem ser denunciadas no local próprio.-----

-----Sobre as faixas, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que se criou demasiada celeuma em torno deste assunto. No entanto, considera que a Assembleia Municipal é o local próprio para esclarecer toda esta situação. Em primeiro lugar, esclareceu que o executivo nunca deu ordem para a retirada das faixas. Disse que as pessoas são livres de se manifestarem, no entanto, politicamente existem pessoas a tentar criar factos políticos, sem que haja intervenção do executivo. Fica desiludido pelo facto de se criar todo este folhetim em torno das faixas, com direito a conferência de imprensa dada pelo PSD, na qual apelidaram o executivo de cobardes e prepotentes. Disse que este executivo nem é covarde, nem prepotente, considerando que existe má-fé por parte de quem fez estas acusações. Deu conhecimento de que o PSD deu à autarquia 72h para repor as faixas, o que na sua opinião, é um equívoco, de certeza, porque a autarquia não recebeu qualquer notificação do Tribunal para esse fim. Certamente que não é o PSD que dá ordens a um executivo eleito. Deu conhecimento de que os funcionários em causa foram ouvidos pelo Gabinete Jurídico. -----

-----Disse que o Presidente da JSD entregou na autarquia um ofício no qual solicitava a entrega das referidas faixas. Posteriormente, o mesmo foi contactado para que procedesse à recolha das faixas, tendo respondido

que iria falar com quem de direito, mas até hoje aguardam pela recolha das mesmas.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** pretendeu saber se algum dos funcionários inquiridos assumiu que havia sido mandatado pelo executivo para retirar as faixas, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu negativamente. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26/01/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 1, referente à sessão extraordinária do dia 26/01/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com 8 abstenções.**-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/02/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 2, referente à sessão ordinária do dia 24/02/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com 11 abstenções.**-----

-----**3. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 24/02/2012**-----

-----Após apreciar os pedidos e tendo os mesmos sido apresentados nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Senhores Deputados: -----

-----Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves; -----

-----António Manuel dos Reis Álvaro; -----

-----Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz; -----

-----Vera Lúcia Proença Henriques; -----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves; -----

-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente na Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 24/02/2012**-----

-----António Agostinho Lucas da Silva; -----

-----António Júlio da Veiga Simão; -----

-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques; -----

-----Júlio dos Santos Ambrósio; -----

-----Paulo Sérgio da Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----

-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais. -----

-----**EXPEDIENTE** -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, cuja listagem se anexa (**anexo I**), que se encontra na secção de atas, para quem pretenda consultar. -----

-----**4. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente, documento que se anexa à presente ata (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que se irá realizar uma reunião na CCDRC, no próximo dia 2 de maio, para consagrar as formas e os prazos, previamente acordados com as Câmaras Municipais envolvidas, para a adequação dos planos municipais de ordenamento do território abrangidos, isto é, identificar e acordar quais os procedimentos a serem desencadeados pela Câmara Municipal, por forma a garantir a compatibilidade do respetivo Plano Diretor Municipal (PDM) com o PROT Centro, bem como, acordar os prazos adequados à respetiva concretização. -----

-----Deu também conhecimento de que se irá realizar uma reunião dia 10 de maio na CCDRC – Guarda, para ser acordado um cronograma para o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Celorico da Beira (PDM), ou seja, acordar prazos para a revisão do PDM.-----

-----De seguida deu conhecimento de um ofício proveniente da Associação de Municípios da Cova da Beira, relativo ao envio de Carta de Ocupação do Solo Catalogada. Informou que foi publicada a Resolução n.º 16/2012, da Comissão Nacional de Proteção Civil que aprova a primeira revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Celorico da Beira. Deu conhecimento de um ofício da DREC relativamente à Rede Escolar – Organização da rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo de ensino básico para o ano de 2012/2013. -----

-----Fez referência à Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril, que diz respeito ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos, dizendo que a ANMP discorda em absoluto do conteúdo de tal Portaria, uma vez que a mesma afeta as despesas relacionadas com a avaliação geral de

prédios urbanos, 5% da receita tributária do IMI, relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012. Deu conhecimento de que foi aprovado um novo tarifário de abastecimento e saneamento para o ano de 2012, proposto pela ERSAR, que conduz a uma tarifa de 0,6448€/m³ e 0,7127€/m³ para as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, respetivamente. Disse que relativamente ao comunicado do PSD sobre a qualidade da água e saneamento básico do concelho, deu conhecimento do teor do mesmo às AdZC e Águas de Portugal. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que se encontra em discussão pública o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Celorico da Beira, solicitando que os Deputados e a Comissão Permanente apresentem sugestões. Falou na criação de uma outra taxa, ou seja, a Taxa Municipal de Proteção Civil, que teria como base a criação de receita para o município, estando destinada à prevenção e gestão de riscos e à Proteção Civil. Referiu como exemplo entidades sobre as quais poderá incidir esta taxa, designadamente, Ascendi, EDP, Resistrela, AdZC, Parque Eólico, Refer, Gás Natural, entre outros, sendo de opinião que esta taxa deverá ter uma incidência privilegiada sobre estes agentes e não sobre os munícipes deste concelho. Solicitou a colaboração da Assembleia Municipal e Comissão Permanente, para conjuntamente com a Câmara Municipal, efetuarem este trabalho, a curto prazo. -----

-----Fazendo referência à informação escrita destacou: a reunião com a Direção Geral do Livro e da Biblioteca; Encontro de Quadros Superiores da Direção de Rede e Clientes do Mondego – EDP; reunião com os Municípios Concessionários Águas do Zêzere e Côa e com o Administrador das Águas de Portugal, Dr. Manuel Frexes; reunião com o Sr. Eng.º Carlos Peres – EDP; reunião com o Conselho Executivo da Comurbeiras e o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa; reunião com a empresa Suma – Novaflex e o Senhor Dr. Carlos Santos e reunião com a Refer, no sentido de promover a requalificação do espaço exterior da CP.---

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** apresentou um voto de pesar pelo falecimento do eurodeputado Miguel Portas. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** depois de ter sido aceite por unanimidade o voto de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória do eurodeputado Miguel Portas.-----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** referindo-se à organização da rede escolar disse não entender como é que o Ministério da Educação encerra as mesmas escolas, mais do que uma vez. Em Celorico da Beira existem apenas 3 códigos ativos, todas as outras escolas são de apoio. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** relativamente a este assunto esclareceu que existem 3 escolas no concelho de Celorico da Beira a funcionar, contudo e graças à intervenção deste executivo as salas de apoio mantiveram-se em funcionamento, com professores, auxiliares e alunos. Disse que a autarquia tem de assegurar o transporte, alimentação, aquecimento, bem como, disponibilizar auxiliares para os autocarros e carrinhas que efetuem o transporte das crianças, sendo que, a verba que é atribuída pelo Ministério da Educação à autarquia, não é suficiente para fazer face a estas despesas. Disse também, que numa ótica de custo, não é viável terem uma professora numa sala de aula com 4 alunos, mas enquanto houver crianças em número suficiente para manter as escolas abertas, o Executivo tudo fará para que assim seja. -----

-----Referiu ainda, que deveria existir uma diferenciação no que respeita aos impostos pagos no Interior, citando a título de exemplo, o facto dos combustíveis de aquecimento, serem pagos com igual valor, quer no Interior, quer no Litoral.-----

-----**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS A 2011**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 16/04/2012, que fica a fazer parte integrante desta ata (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por cumprimentar todos os presentes e referindo-se à situação financeira do município, disse que o ano de 2011 se caracterizou pela política de contenção. A diminuição das receitas foi significativa, designadamente ao nível das transferências do estado (FEF), que sofreu um corte abrupto, situação que teve um impacto profundo nas contas do Município e que dificulta a sobrevivência desta autarquia face aos compromissos assumidos.-----

-----Relativamente à rubrica de pessoal esclareceu que houve uma redução bastante significativa, que se prende não só com o cancelamento da transferência de competências do pessoal não docente das escolas, bem como, houve uma acentuada redução de pessoal com contratos a termo certo e também alguns casos de licença sem vencimento. Disse que algumas das candidaturas na área do Turismo eram pontuadas pela criação de emprego e que agora algumas destas áreas ficarem com falta de pessoal, sendo que, esta situação se irá refletir futuramente. -----

-----Salientou ainda outras situações que causaram graves dificuldades de tesouraria, como foi o caso de penhoras de contas bancárias, por parte das empresas multimunicipais, Resiestrela e Águas do Zêzere e Côa, bem como outras situações herdadas de anteriores executivos, que também contribuíram para o aumento da dívida a terceiros, caso da dívida da habitação social, a que crescem as infraestruturas e saneamento. -----

-----Referiu ainda que teve peso na dívida, a restituição à CCDRC de montantes relativos às transferências de projetos do QCA III para o QREN, situação semelhante irá acontecer no ano de 2012 para a obra da biblioteca municipal. -----

-----Disse que à semelhança do ano anterior o agravamento do endividamento líquido está relacionado com os cortes nas transferências do FEF, com o aumento das tarifas de água cobradas ao Município, com o aumento da dívida relacionada com o tratamento dos resíduos sólidos, mas, ficou a dever-se, essencialmente à contabilização de 1.303.431€ de dívida à “MRG-Construções S.A.” relacionado com a habitação social do Bairro de Santa Luzia, bem como, a contabilização de 240.000€ de dívida à Escola Profissional Beira Serra e 27.500€ à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Celorico da Beira. Mencionou que estas situações ficam a dever-se a compromissos assumidos e não cumpridos por anteriores executivos que culminaram em processos judiciais para a autarquia. Não pretendendo referir-se ao passado, mas uma vez que o mesmo se reflete no presente, citou uma dívida à Novaflex que não foi liquidada e como tal irá penalizar a autarquia. -----

-----Conclui que conforme já tinha sido reconhecido aquando da aprovação do orçamento de 2011, a situação do Município de Celorico da Beira é de desequilíbrio financeiro estrutural. -----

-----Relativamente ao relatório do ROC e à certificação legal de contas, disse que as mesmas foram enviadas para a reunião de câmara em documento “*draft*”, porque estes documentos, nos termos da Lei, apenas terão que ser apreciados em Assembleia Municipal, cuja versão final foi entregue a todos os presentes e fica anexa ao documento de prestação de contas, sendo que irá também ser entregue a versão final na próxima reunião de câmara. -----

-----De seguida disse que no documento enviado para análise em “*draft*”, relativamente às reservas apresentadas pelo ROC, mais concretamente ao ponto 7.1, onde apontavam uma “divergência de 5.074.154,02€ em excesso

na contabilidade em relação aos valores expressos pelos respetivos mapas de amortizações e pela informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial”, esclareceu que a reserva foi retirada, conforme se pode verificar na versão final entregue, porque o revisor atestou tratar-se de um erro informático, tendo a AIRC assumido esse erro. Citou a título de exemplo de “imobilizado em curso”, a empreitada do Gimnodesportivo na qual houve um processo de insolvência, pelo que, esta obra só poderá passar para imobilizado corpóreo em 2012. Disse que irá ser constituída uma comissão para avaliar os bens patrimoniais, que constam do sistema de inventário e cadastro patrimonial, sem qualquer valor patrimonial, de forma a sanar esta situação, entregando lista para anexar à presente ata **(anexo IV)**.-----

-----Referiu-se ainda ao ponto 7.2. onde é dito que “o valor da participação financeira detida sobre 100% do capital social da empresa municipal deveria ter sido objeto de provisão...”, dizendo que não está 100% de acordo com esta reserva, tendo solicitado um parecer ao Dr. Pedro Patrício, consultor da autarquia, que se anexa a esta ata **(anexo V)**. -

-----Em termos de execução orçamental as percentagens fixaram-se em 40,99%, na despesa e 42,5% na receita. Referiu que as execuções orçamentais nunca podem ser muito altas porque refletem dívida de anos anteriores. Situação que irá ser corrigida, com o reequilíbrio, através de liquidação da dívida, passando a existir orçamentos mais reais. Em termos de Balanço e Demonstração de Resultados referiu que é evidente um grande corte de custos em Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Encargos com o Pessoal. Mencionou que houve uma recuperação em termos de resultados, comparativamente ao ano anterior, mas esta trajetória, embora positiva não é suficiente, o Executivo terá que continuar a trabalhar para dar continuidade e otimizar estes resultados.-----

-----Por último, referiu-se ao facto de o Governo reter 5% do IMI cobrado pelas autarquias e de mais 5% de redução no FEF. -----

-----De seguida, a Senhora **Deputada Isabel Andrade** cumprimentou todos os presentes, dizendo que relativamente à menção que o Senhor Vereador fez do corte do FEF, se a mesma não será o espelho dos incumprimentos legais sucessivos que se têm vindo a verificar.-----

-----Referiu-se também a um outro assunto, dizendo que desde 2005 que a autarquia reúne condições para o reequilíbrio financeiro, questionando o porquê de ainda não terem apresentado o referido estudo.-----

-----Relativamente à apresentação das contas, o Senhor **Deputado Armando Neves** disse que o discurso é sempre o mesmo, dando sempre a entender que a culpa vem do passado. Questionou se o Senhor Vereador consegue garantir que este executivo, não deixará responsabilidades financeiras para os seguintes.-----

-----No que concerne ao processo da Escola Profissional, considera que foi um erro que se cometeu no passado, no entanto, tem dúvidas quanto à legalidade do município pagar a quantia de 240 mil euros a uma Associação que já não existe. Fica surpreendido com o facto de não se aprender com os erros do passado e em 2009 terem cometido mais um erro com a admissão de pessoal não docente Agrupamento de Escolas, sendo que, o Município tem apresentado excesso de endividamento, o que provoca sucessivos cortes no FEF, apelando para que no futuro não se cometam mais erros destes.-----

-----Disse que o relatório de contas denota falta de estratégia. A obra da biblioteca municipal não está terminada e na sua opinião é necessário adequar os equipamentos em função dos tempos. Referiu que este equipamento talvez fosse mais útil para outro fim, deixando em aberto a hipótese de ser aproveitado, com as devidas alterações, para Centro Escolar. Disse que o papel dos municípios é diferente, porque não têm verbas e deverão fazer uma seleção de obras prioritárias. O que existe de mais valioso no concelho são as pessoas e as empresas e como tal há que criar medidas de discriminação positiva para que se fixem no concelho.-----

-----Disse que todas as receitas são importantes para o Município, fazendo novamente alusão à participação de até 5% nas receitas de IRS, que não estão a ser cobradas pelo Município, verba que fica para o Estado.

-----Fazendo referência às grandes obras, disse que o Parque Industrial da A25 perdeu a sua oportunidade, quando foi construída a PLIE da Guarda, que neste momento também se encontra deserta. Fala no investimento que está a ser feito na Pista de Pesca da Ratoeira, quando o Parapente de Linhares da Beira, que é um ícone a nível mundial se encontra completamente desprezado. Fala num outro recurso onde se deveria investir, que é o Queijo Serra da Estrela, citando a título de exemplo o concelho de Tábua que vai investir num espaço museológico. A título de exemplo, referiu as declarações do Senhor Vereador António Silva que havia dito – à quatro ou cinco anos atrás – ser possível comprar queijo serra da estrela através da internet, no entanto, o que até hoje ainda não é possível.-----

-----Disse que aquando da votação do orçamento, se manifestou contra, por considerar o mesmo irreal, logo, irá votar contra a prestação de contas apresentada. Acrescentou que o Tribunal de Contas apresentou várias recomendações que poderão trazer responsabilidades. Disse ainda, que esta prestação de contas apresenta uma taxa de execução de 40%, o que denota a absoluta irrealidade do plano de atividades e orçamento.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** no que concerne ao corte de 5% no FEF disse que o mesmo não se deve ao incumprimento, mas que é extensivo a todas as autarquias. Sobre o Reequilíbrio Financeiro disse que as regras do mercado financeiro foram sendo alteradas, bem como, a alteração das taxas de *spread* no último trimestre de 2011, o que poderia trazer alterações neste processo, pelo que, foi-se aguardando.-----

-----Disse que segundo se consta, o Governo admite criar uma linha de crédito que permite às autarquias pagarem as suas dívidas, no entanto, prevê-se que após a reorganização administrativa venham a ser impostas

regras mais castradoras, comparativamente com as do reequilíbrio financeiro.-----

-----Esclareceu que as taxas de execução são baixas porque transportam dívidas, situação que não se pode ultrapassar enquanto tiverem a dívida às AdZC. Deu conhecimento de uma ação de divulgação que decorreu em Linhares da Beira, sobre um sistema de incentivos, no âmbito do PROVERE. Disse que o município está envolvido em 2 PROVERES, um das Aldeias Históricas e outro da Serra da Estrela, cujo objetivo é a promoção das marcas, alargando a possibilidade de investimento a privados, abrangendo todo o território de Celorico da Beira. Disse que todos os projetos que tenham uma taxa de execução abaixo dos 10% são anulados, felizmente Celorico da Beira não teve nenhuma destas situações. A região, na área de projetos privados, conta com 300 milhões de euros, cujas candidaturas terminam em abril e que provavelmente haverá uma segunda fase. Disse nunca ter visto um quadro de apoio tão mal apoiado como foi o QREN, pelo atual governo.-----

-----Disse que a Pista de Pesca foi a única obra financiada no âmbito do PROVERE *By Nature*. No que concerne à prática do Parapente disse que este evento adquiriu um carácter internacional, que vai de encontro ao desenvolvimento turístico e económico do concelho, pelo que, terá de ser dada a devida importância ao mesmo.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** pretendeu saber se existe algum estudo que permita demonstrar o retorno dos investimentos ao nível da promoção cultural do Concelho, citando a título de exemplo a Feira dos Vinhos. Disse que a valorização imaterial também é importante, que foram feitos investimentos em Linhares da Beira que neste momento não funcionam, como é o caso do simulador de parapente e *fotomaton* no Castelo de Linhares da Beira. Neste momento, o paradigma mudou e como tal é preciso ter a coragem para abandonar alguns projetos, porque a continuar assim Celorico da Beira não terá futuro.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o pessoal admitido em 2009 destinou-se à ocupação de lugares em algumas infraestruturas, que poderão vir a perder devido à falta de pessoal, que entretanto foi dispensado por força de os contratos terem finalizado. Relativamente à transferência de competências para a autarquia na área da educação teve como base um contrato assinado por ambas as partes, onde estava tipificada a forma e o número de recursos humanos a transferir. Referiu ainda, que existia uma lacuna de financiamento quanto às despesas com os prémios de seguro de acidentes de trabalho e ADSE, que não eram participadas pelo Ministério da Educação e que a longo prazo se traduziria num aumento de custos para a autarquia, daí o mesmo ter sido revogado. -----

-----Referindo-se às obras da Biblioteca Municipal, Bairro de Santa Luzia e Santa Eufêmea, era obrigatoriedade deste executivo quando tomou posse a beneficiação destas infraestruturas, sendo que, com estes investimentos descuraram o Parque Industrial da A25. Sobre o Parapente disse que a autarquia não pode abandonar Linhares da Beira, que é uma aldeia histórica, nem a atividade do Parapente, deverá ser feita a requalificação da Casa do Parapentista, Escola do Parapente, Posto de Turismo e Parque de Campismo.-----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2011 a votação, foram os mesmos aprovados por maioria, com 4 votos contra e 3 abstenções.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto da Senhora **Deputada Isabel Andrade (PSD/PPD-CDS-PP)**: -----

-----“Votamos contra, porque os documentos em análise, refletem a falta de rigor do orçamento, evidenciada nas baixas taxas de execução;-----

-----Porque as contas apresentadas mostram que não foi corrigida nenhuma das situações referidas no relatório do Tribunal de Contas relativo à não homologação das contas do Município do ano de 2009, pelo que, continua a haver violação da Lei das Finanças Locais;-----

-----Porque este Executivo continua sem apresentar o reequilíbrio financeiro e continua a financiar-se à custa dos prestadores de serviços desta autarquia;-----

-----Porque estas contas refletem uma má gestão municipal e o incumprimento da Lei, tal como resulta das reservas constantes da Certificação Legal de Contas.”-----

-----A bancada do MAJUSP subscreveu a declaração de voto apresentada pela bancada do PPD/PSD-CDS/PP.-----

-----**6. PROCEDIMENTO CONCURSAL EFETUADO PELA COMURBEIRAS – CIM PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS RELATIVO AO FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL – AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21/02**-----

-----Foi presente pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, uma informação da Câmara Municipal para autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal, Procedimento Concursal efetuado pela Comurbeiras – CIM para os Municípios Associados.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com a alínea c), n.º 1, art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal, Procedimento Concursal efetuado pela Comurbeiras – CIM para os Municípios Associados.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**7. DECLARAÇÕES DA NOVA LEI DOS COMPROMISSOS (LEI N.º 8/2012, DE 21/2)**-----

-----Foi presente pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, uma informação da Câmara Municipal, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou que fosse entregue um documento que fica anexo a esta ata (**anexo VI**), sobre as despesas plurianuais afetas a candidaturas, que não foram incluídas nos montantes da declaração relativa aos compromissos plurianuais a 31/12/2011, remetida à Assembleia Municipal, uma vez que as mesmas ainda não estão contratualizadas na totalidade, mas estão previstas nas GOP's e Orçamento de 2012.-----

-----Relativamente às Declarações da Nova Lei dos Compromissos, disse que a Lei n.º 8/2012 vem estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, à data de 31/12/2011.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**8. EMCEL: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011**-----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi presente o documento referenciado em epígrafe.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a EMCEL embora continue a ser muito dependente da autarquia tem vindo a conseguir diminuir essa dependência, assim como diminuiu despesas com o Pessoal.-----

-----Referiu que o passivo tem diminuído, embora haja algumas dificuldades relativamente aos fornecedores. Informou que o sector empresarial local irá sofrer uma grande mutação com a entrada em vigor das diretrizes do “Livro Branco”. Por último, referiu que os resultados apresentados representam a realidade da EMCEL.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, tendo-se inscrito previamente a Senhora Sandra Fonseca.-----

-----Usou da palavra a munícipe Sandra Fonseca para referir o seguinte: -

-----“Boa noite Senhora Presidente, Membros da Mesa, Membros do Executivo, Senhores Deputados e restante público. -----

-----Sou assistente operacional no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira. Venho em meu nome e dos meus colegas do Agrupamento, saber qual é a nossa situação atual. Até 31 de dezembro de 2009 pertencíamos ao Ministério da Educação. Em 16 de novembro de 2009 a autarquia celebrou um contrato com o n.º 467/2009, onde fomos transferidos para a mesma a partir de 1 de janeiro de 2010. A partir daí fomos pagos pela autarquia. Sabemos que em agosto de 2011 quem nos voltou a pagar foi o Agrupamento. O que se passou?-----

-----Houve denúncia do contrato assinado pela autarquia, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e do Ministério da Educação, na pessoa da

Senhora Ministra Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues? Se sim, já houve homologação publicada em Diário da República da referida denúncia? Atualmente a quem pertencemos? Ao Ministério da Administração Interna ou ao Ministério da Educação? Estão abertos concursos, podemos concorrer? -----

-----A DGAE - Direção Geral da Administração Escolar (antiga DGRHE, Direção Geral de Recursos Humanos Escolares), diz que nós não fazemos parte dos seus quadros de pessoal, mas sim, dos quadros de pessoal da autarquia. Gostaria que me esclarecesse destes assuntos para poder informar os meus colegas da nossa situação. É tudo. Muito obrigada.” -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que esta situação é complexa. A transferência de competências exigia que a recuperação da Escola C+S Sacadura Cabral contemplasse duas situações. -----

-----A primeira seria que a escola depois de recuperada ficasse na posse da Parque Escolar, o que seria benéfico para a autarquia, porque não teria de fazer a sua manutenção, citando a título de exemplo o pagamento do aquecimento que ficaria a cargo da gestão financeira da Parque Escolar e não da autarquia. -----

-----A outra seria a transferência do pessoal não docente para os quadros da autarquia, situação que efetivamente aconteceu, através da assinatura de um contrato de execução, entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal a 31 de agosto de 2009. -----

-----No entanto, por considerar que o Ministério não estava a cumprir com o estipulado no referido contrato, a Câmara a 14 de julho de 2011, deliberou denunciar o mesmo, passando a gestão de pessoal não docente novamente para a alçada do Ministério. -----

-----Assim sendo, a autarquia não se pode pronunciar sobre o facto de poderem ou não concorrer aos concursos abertos pelo Ministério da Educação. -----

-----Deu conhecimento de que foi solicitada uma audiência com o Senhor Secretário de Estado em julho de 2011, para esclarecer este assunto, estando aguardar uma resposta. Disse que foram enviados ofícios e deliberações de câmara, para o Ministério da Educação e DGAE dando conta dos propósitos desde executivo, aguardando também uma resposta. Referiu que embora não tenha sido feita a aceitação formal da denúncia do contrato, o dinheiro para o pagamento dos vencimentos foi transferido para o Agrupamento, o que demonstra a assunção deste compromisso, por parte da tutela. -----

-----Considera que existe uma incongruência em todo este processo, que neste momento impossibilita os funcionários de concorrerem a concursos internos. Disse que o Agrupamento também está a par de toda esta situação e que em conjunto com a autarquia estão a tentar solucionar este problema. -----

-----Referiu que o Executivo tudo fará para resolver esta situação, sem qualquer prejuízo para os funcionários em questão. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que a transferência de competências foi um erro, no entanto, há que garantir que estas pessoas não sejam prejudicadas, no que concerne a descontos e regalias sociais. ---

-----Sugeriu que seja constituída uma comissão conjuntamente com a Câmara Municipal para analisar toda esta situação, salvaguardando sempre os funcionários. -----

-----Solicitou a palavra o munícipe Manuel Torres, para expor um assunto, o qual foi autorizado pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia. -----

-----De seguida, interveio o Senhor Manuel Torres para se referir ao assunto da retirada das faixas. Pretendeu saber a que horas foram retiradas as faixas e se os funcionários em causa, estavam ou não, em horário de

trabalho. Disse que se houver alguma responsabilidade jurídica para os funcionários em causa, a JSD retirará a queixa. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que Senhor Manuel Torres enquanto dirigente da JSD deveria ser conhecedor do regimento desta assembleia e como tal respeitar as regras de funcionamento deste órgão, inscrevendo-se no início da sessão, para agora poder usar da palavra.-----

-----Relativamente ao assunto exposto, considera que o mesmo já foi debatido e esclarecido.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 23:50h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

